



Fernando Peixinho & José Lima - SROC, Lda

COMPETÊNCIA RIGOR INDEPENDÊNCIA



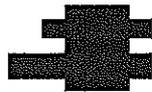
ORDEM DOS
REVISORES OFICIAIS
DE CONTAS

Integridade. Independência. Competência.

www.peixinhoelimasroc.pt



Fernando Peixinho & José Lima - SROC Lda



Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

RELATÓRIO DE
ACOMPANHAMENTO
EM
30 de Junho de 2014

CÂMARA MUNICIPAL DE
MIRANDA DO DOURO

Índice

I. INTRODUÇÃO.....	1
II. SÍNTESE DAS PRINCIPAIS ANOMALIAS DETETADAS NO TRABALHO REALIZADO.	2
III. CONTROLO INTERNO.....	3
1. CONTEÚDO.....	3
2. TRABALHOS REALIZADOS	4
IV. NOTAS SOBRE O CONTEÚDO DAS CONTAS A 30 DE JUNHO, TRABALHOS EFECTUADOS E RESPECTIVAS	
CONCLUSÕES	5
NOTA 1 - DISPONIBILIDADES	5
NOTA 2 – TERCEIROS.....	6
NOTA 3 – EXISTÊNCIAS	8
NOTA 4 – IMOBILIZADO	8
NOTA 5 – FUNDOS PRÓPRIOS	9
NOTA 6 – CUSTOS E PERDAS.....	10
NOTA 7 – PROVEITOS E GANHOS.....	13
NOTA 8 – EVOLUÇÃO DOS CUSTOS E PROVEITOS	14
NOTA 9 – FUNDOS DISPONÍVEIS	15
VI. ANÁLISE À EXECUÇÃO ORÇAMENTAL	15
VII. ANÁLISE ECONÓMICO – FINANCEIRA A 30 DE JUNHO DE 2014.....	18



Ex.^{mos} Senhores

Membros da Assembleia Municipal de Miranda do Douro

Membros do Executivo Municipal de Miranda do Douro

I. Introdução

Nos termos legais e regulamentares procedemos à análise das contas do 1.º semestre de 2014 com o objetivo de interpretar a evolução dos principais agregados económico-financeiros, de forma a apresentarmos uma análise mais detalhada da situação financeira e patrimonial do Município.

Assim, o desenvolvimento do nosso trabalho vai procurar satisfazer os seguintes objectivos:

1. Análise comparativa sobre a evolução dos principais elementos do Balanço, em relação ao final do ano anterior (31.12.2013);
2. Análise comparativa da evolução dos principais agregados de custos e proveitos, e o seu total, em relação ao período homólogo de 2013;
3. Análise dos desvios verificados em relação aos custos e proveitos realizados no corrente ano;
4. Notas sobre o conteúdo das contas em 30 de Junho de 2014, o trabalho de análise e revisão/auditoria efetuado e as principais conclusões;
5. Análise do cumprimento das obrigações de natureza contratual, designadamente as referentes ao P.A.E.L.; e
6. Análise económico-financeira à data de 30 de Junho de 2014.

II. Síntese das principais anomalias detetadas no trabalho realizado.

- a) À semelhança do que dissemos em relatórios anteriores a elaboração das reconciliações bancárias continua a ser efetuada pelo Tesoureiro que tem acesso às contas correntes, o que consubstancia uma incompatibilidade de funções. Preferencialmente, e tendo em atenção as disposições sobre a eficácia do controlo interno, sugere-se que as reconciliações bancárias sejam elaboradas por um funcionário que não pertença à tesouraria e que na contabilidade não tenha acesso às contas correntes (segregação primária entre funções incompatíveis);
- b) Nos ativos produzidos, construídos ou valorizados por Administração Direta (executados com meios do Município) somente são afetos à sua valorização os consumos de materiais não lhes sendo imputados os consumos de mão-de-obra, equipamentos e os outros gastos gerais que são suportados. Tal facto traduz-se numa subavaliação desses ativos e numa idêntica subvalorização do resultado do exercício;
- d) No que concerne ao controlo do imobilizado registamos o facto da Secção do Património continuar a não proceder à verificação física periódica dos bens do ativo imobilizado, de modo a controlar a permanência e integridade desses bens em poder do Município. Com efeito, o imobilizado é uma área com grande expressão material e, nessa conformidade, implica a existência de medidas de controlo interno específicas, que garantam a fiabilidade dos valores constantes nas contas do Município e a integridade dos bens registados e que são propriedade do Município.

A gestão do imobilizado, designadamente, no que se refere aos seus custos de manutenção, requer um sistema de informação sujeito a permanente atualização e, ainda, complementado com um controlo físico efetuado, por amostragem, ao longo do exercício.

Verificámos ainda que no Município:

- Não existem folhas de abate/transferência de bens classificados como imobilizado;
- As transferências/abates não são comunicadas à Secção do Património;

- Não possui projetos de execução de obras por administração directa, implicando a não valorização e conseqüente registo contabilístico dos trabalhos efetuados com meios e para a própria entidade;
- e) De acordo com o estabelecido no Regulamento Municipal de Inventário e Cadastro todos os bens deveriam estar etiquetados, o que não se verifica. De referir que verificámos a existência de alguns bens etiquetados. Porém, as “folhas de carga” não estão de acordo com o conteúdo de cada compartimento, ou seja, não são atualizadas com as alterações eventualmente ocorridas (aquisição, alienação ou substituição de bens);
- f) Anotamos também o facto de, não obstante o ponto 2.8.3 do POCAL estabelecer a obrigatoriedade de implementar o sistema de contabilidade analítica, o mesmo se encontrar em fase de implementação. Tal instrumento vem possibilitar colmatar algumas das insuficiências anteriormente referidas, designadamente quanto à valorização dos ativos produzidos/construídos por Administração directa e ainda a razoabilidade do valor das taxas aplicadas.

III. Controlo Interno

1. Conteúdo

Com base no manual de procedimentos do sistema de controlo interno do Município, publicado em Diário da Republica, 2ª série – n.º 198 – 15 de Outubro de 2007, verificámos quais as medidas que estão a ser aplicadas e que, de acordo com a nossa análise, apresentam deficiências. Assim, passamos a referir os aspetos que evidenciam insuficiências ao nível do controlo interno:

- Disponibilidades (art.º12º, art.º 21º)
 - i. o montante em caixa por vezes ultrapassa o limite estabelecido, de € 6.000,00;
 - ii. as reconciliações bancárias têm que ser elaboradas por um funcionário da divisão financeira mas que não se encontre afeto à Tesouraria e que não tenha acesso às contas correntes;

- Compras - não é cumprido o disposto nos art.º 31.º e art.º33.º do regulamento de controlo interno;
- Imobilizado - não é cumprido o disposto nos art.º 35.º, art.º37.º do regulamento de controlo interno;

Das indagações realizadas, verificamos a elaboração do novo manual de controlo interno, encontrando-se em fase de discussão.

2. Trabalhos Realizados

- a) Verificámos que os cheques são preenchidos pelo tesoureiro, enquanto o procedimento correto seria que os mesmos fossem emitidos na secção de contabilidade, conjuntamente com a respectiva ordem de pagamento, sendo remetidos à tesouraria, para pagamento, após serem assinados pelo Presidente da Câmara, Vice-presidente ou Vereador com delegação de competências;
- b) Para controlo do endividamento o Município não obtém, junto das instituições de crédito em que tem empréstimos contratados, os extractos de todas as contas-empréstimo de que é titular, de modo a poder conciliar eventuais desvios entre os registos do banco e da contabilidade. Para o efeito, apenas é usado o procedimento de atualização através de um mapa que regista os documentos para pagamento das prestações à medida que vão chegando, com exceção do efetuado na parte final do ano, altura em que esses documentos são obtidos para a elaboração do orçamento;
- c) Com relação à área dos stocks/existências não nos foi possível obter qualquer tipo de evidência sobre o controlo das entradas e saídas de materiais. Verificámos que os ativos em stock não são objeto de registo nem de controlo sobre o seu destino ou afetação. Acontece que, em muitas das vezes, os materiais ainda que requisitados pelo armazém são transferidos diretamente para a obra pelo fornecedor. Tal operação não é objeto de registo no armazém que, se houver sobras, não regista qualquer entrada porque também não houve registo de qualquer saída. Por tais fatos, não é possível a mensuração dos ativos “existências”, nem enquanto matérias-primas e subsidiárias, nem no que respeita à valorização dos produtos e trabalhos em curso;



IV. Notas sobre o conteúdo das contas a 30 de Junho, trabalhos efectuados e respectivas conclusões

Nota 1 - Disponibilidades

1.1 – Conteúdo

A rubrica que integra os depósitos à ordem e o caixa apresenta a seguinte evolução dos saldos:

Rubrica	Descrição	30-06-2013	31-12-2013	30-06-2014	Desvio €	Desvio %
11	CAIXA	14.250,80	9.850,18	16.123,54	6.273,36	63,7%
111	Caixa A	11.609,26	4.399,08	11.056,69	6.657,61	151,3%
112	Caixa B	2.641,54	5.451,10	4.916,85	-534,25	-9,8%
114	Caixa D (Balcao de Atendimento02)	0,00	0,00	150,00	150,00	
12	DEPOSITOS EM INSTITUICOES FINANCEIRAS	1.662.737,21	1.175.913,17	1.675.674,53	499.761,36	42,5%
121	BANCO ESPIRITO SANTO, S.A.	12.188,34	28.707,25	70.400,40	41.693,15	145,2%
122	MILLENNIUM BCP	8.530,25	30.936,53	40.361,18	9.424,65	30,5%
123	SANTANDER TOTTA	41.037,31	41.037,31	40.868,66	-168,65	-0,4%
124	CAIXA GERAL DE DEPOSITOS, S.A.	1.393.028,48	869.760,74	1.300.478,00	430.717,26	49,5%
125	CRÉDITO AGRÍCOLA MÚTUO MIRANDA	198.407,51	195.926,02	214.027,12	18.101,10	9,2%
126	MONTEPIO	9.545,32	9.545,32	9.539,17	-6,15	-0,1%

1.2 – Trabalho efetuado

Em relação ao caixa, para além das indagações junto do responsável da tesouraria, efectuámos o teste da contagem física. Relativamente aos depósitos à ordem verificámos as reconciliações bancárias preparadas pela Entidade nas quais não detetámos distorções ou itens materialmente relevantes suscetíveis de qualquer reparo

1.3 – Conclusões

Dos testes realizados à classe das disponibilidades, damos como verificada a asserção mensuração, ou seja, os valores expressos nos saldos de depósitos à ordem e de caixa estão adequados e em conformidade com os movimentos ocorridos.

Nota 2 – Terceiros**2.1 – Conteúdo**

As contas de terceiros têm a seguinte composição:

Rubrica	Descrição	30-06-2013	31-12-2013	30-06-2014	Desvio €	Desvio %
2	TERCEIROS	- 16.144.034,80	- 14.302.779,40	- 13.765.367,29	537.412,11	-4%
21	CLIENTES/CONTRIBUINTES/UTENTES	- 38.355,31	5.156,35	20.850,26	15.693,91	304%
212	Contribuintes c/c	2.677,13	2.579,43	3.129,36	549,93	21%
213	Utentes c/c	2.241,37	44.127,63	55.035,09	10.907,46	25%
214	RENDAS E ALUGUERES	49,88	-	49,88	49,88	
217	Clientes e utentes c/ caucos	- 63.622,81	- 61.855,81	- 57.585,31	4.270,50	-7%
218	Clientes, contrib. utentes de cobrança duvidosa	20.299,12	20.305,10	20.221,24	- 83,86	0%
22	FORNECEDORES	- 1.207.473,14	- 759.061,79	- 486.909,90	272.151,89	-36%
221	Fornecedores de c/c	- 1.113.192,70	- 728.910,26	- 478.661,95	250.248,31	-34%
228	Fornecedores-facturas em recepcao e conferencia	94.280,44	- 30.151,53	- 8.247,95	21.903,58	-73%
23	EMPRESTIMOS OBTIDOS	- 8.114.948,90	- 8.063.206,33	- 7.476.765,31	586.441,02	-7%
231	Em moeda nacional	- 8.114.948,90	- 8.063.206,33	- 7.476.765,31	586.441,02	-7%
2312	De medio e longo prazo	- 8.114.948,90	- 8.063.206,33	- 7.476.765,31	586.441,02	-7%
24	ESTADO E OUTROS ENTES PUBLICOS	88.219,95	22.765,62	10.377,92	- 12.387,70	-54%
242	Retencao de impostos sobre rendimentos	- 20.390,87	- 19.410,00	- 37.256,64	- 17.846,64	92%
243	Imposto sobre o valor acrescentado	135.243,91	96.697,98	92.696,87	- 4.001,11	-4%
244	RESTANTES IMPOSTOS	- 66,40	- 27,20	- 36,10	- 8,90	33%
245	Contribuicoes para a Seguranca Social	- 26.566,69	- 54.495,16	- 45.026,21	9.468,95	-17%
26	OUTROS DEVEDORES E CREDITORES	- 1.049.330,68	- 335.122,25	- 265.434,36	69.687,89	-21%
261	Fornecedores de imobilizado	- 973.934,20	- 68.373,80	- 21.580,83	46.792,97	-68%
262	Pessoal	-	-	-	-	
263	Sindicatos	- 496,10	- 482,71	- 438,65	44,06	-9%
264	Administracao Autarquica	- 6.606,69	-	- 2.314,36	- 2.314,36	
268	Devedores e credores diversos	- 68.293,69	- 266.265,74	- 241.100,52	25.165,22	-9%
2681	Caucos de empreitadas	- 330.513,95	- 352.948,34	- 353.661,11	- 712,77	0%
2682	Devedores de transferencias para as autarquias	346.914,21	254.548,48	253.062,14	- 1.486,34	-1%
2683	GARANTIA E CAUCOS DIVERSAS	- 7.858,55	- 11.843,75	- 11.843,75	-	0%
2684	Credores de transferencias das autarquias locais	- 69.146,13	- 154.666,96	- 108.569,54	46.097,42	-30%
2685	Credores diversos	- 6.893,76	- 1.036,93	- 19.296,99	- 18.260,06	1761%
2688	Devedores e Credores Diversos	- 795,51	- 318,24	- 791,27	- 473,03	149%
27	ACRESCIMOS E DIFERIMENTOS	- 5.005.641,97	- 4.474.984,30	- 4.869.054,20	- 394.069,90	9%
271	Acrescimos de proveitos	481.681,49	870.287,83	697.367,78	- 172.920,05	-20%
273	Acrescimos de custos	- 273.415,48	- 350.629,74	- 350.629,74	-	0%
272	Custos deferidos	13.913,60	1.634,92	1.634,92	-	0%
274	Proveitos diferidos	- 5.227.821,58	- 4.996.277,31	- 5.217.427,16	- 221.149,85	4%
2745	Subsidios para investimentos	- 5.227.821,58	- 4.996.277,31	- 5.217.427,16	- 221.149,85	4%

2.2 – Trabalho efetuado

Procedemos à realização de testes de revisão analítica e à decomposição do saldo global de terceiros, à data de 30 de Junho de 2014.

2.3 – Conclusões

Dos testes substantivos realizados às contas de terceiros anotamos as seguintes situações, que reputamos de maior relevância:

- Rubrica “213 – Utentes c/c”, registou um aumento, face a 31 de Dezembro de 2013 no valor de € 10.907,46, o equivalente a 25%;
- Rubrica “221 – Fornecedores c/c”, registou uma diminuição face a 31 de Dezembro de 2013 no valor de € 250.248,31, resultado do cumprimento da Lei n.º 8/2012 de 21 de Fevereiro (Lei dos Compromissos);
- Rubrica “23 – Empréstimos”, registou uma diminuição face a 31 de Dezembro de 2013 no valor de € 586.441,02 sendo esta diminuição associada ao pagamento das prestações e a não contracção de novos financiamentos. Conforme temos mencionado nos relatórios anteriores, da verificação à concordância dos registos contabilísticos através da execução de testes de conformidade e substantivos, concluímos que todas as linhas de crédito têm a situação regularizada, ou seja, cumprindo tempestivamente as obrigações de liquidação do serviço da dívida (amortizações de capital e juros), com a exceção dos empréstimos n.º 9015/000115/387/0027, n.º 9015/000115/387/0035, n.º 9015/000115/387/0043, n.º 9015/000115/387/0051 e n.º 9015/000115/387/0078, perfazendo uma diferença global de € 10.980,91 que advém de exercícios anteriores e da qual não nos foi possível obter a evidencia substantiva necessária.
- Rubrica “261 – Fornecedores de imobilizado”, houve uma diminuição, face a 31 de Dezembro de 2013, no valor de € 46.792,97, resultado do cumprimento da Lei n.º 8/2012 de 21 de Fevereiro, já mencionada;
- Rubrica “2684 – Credores de transferências das autarquias locais”, registou uma diminuição face a 31 de Dezembro de 2013 no valor de € 46.097,42, devendo-se essencialmente a redução da dívida à sociedade “Resíduos do Nordeste, EIM”;



Nota 3 – Existências**3.1 – Conteúdo**

Rubrica	Descrição	30-06-2013	31-12-2013	30-06-2014	Desvio €	Desvio %
3	EXISTENCIAS	137.321,23	93.435,20	138.097,40	776,17	0,6%
31	COMPRAS	45.976,75	0,00	39.964,37	-6.012,38	-13,1%
316	Materias-primas subsidiarias e de consumo	45.976,75	0,00	39.964,37	-6.012,38	-13,1%
36	MATERIAS PRIMAS,SUBSISIARIAS E DE CONSUMO	91.344,48	93.435,20	98.133,03	6.788,55	7,4%
361	Materias-primas	87.507,59	90.118,32	88.697,42	1.189,83	1,4%
363	Materiais diversos	0,00	412,42	6.531,15	6.531,15	#DIV/0!
365	Materiais de Escritorio	3.836,89	2.904,46	2.904,46	-932,43	-24,3%

3.2 – Trabalho efetuado

Verificámos a decomposição do saldo e procedemos à respectiva revisão analítica.

3.3 – Conclusões

A rubrica “Existências” apresenta, a 30 de Junho, um saldo de € 138.097,40, verificando-se um ligeiro aumento de € 776,17 face ao período homólogo de 2013. De notar que os valores mais representativos do stock dizem respeito a materiais destinados às obras que são executadas por Administração direta do Município.

Nota 4 – Imobilizado**4.1 – Conteúdo**

Rubrica	Descrição	30-06-2013	31-12-2013	30-06-2014	Desvio €	Desvio %
41	INVESTIMENTOS FINANCEIROS	254.923,29	254.923,29	254.923,29	0,00	0,0%
411	Partes de capital	98.323,29	98.323,29	98.323,29	0,00	0,0%
414	investimentos em imoveis	156.600,00	156.600,00	156.600,00	0,00	0,0%
42	IMOBILIZACOES CORPOREAS	8.108.137,57	8.050.942,98	8.103.818,22	52.875,24	0,7%
421	Terrenos e recursos naturais	1.879.408,57	1.751.658,75	1.758.377,15	6.718,40	0,4%
422	Edificios e outras construcoes	3.568.871,29	3.563.494,98	3.567.704,04	4.209,06	0,1%
423	Equipamento basico	361.793,49	385.905,62	408.976,63	23.071,01	6,0%
424	Equipamento de transporte	666.922,67	666.922,67	666.922,67	0,00	0,0%
425	Ferramentas e utensilios	162.778,66	204.592,02	214.784,97	10.192,95	5,0%
426	Equipamento administrativo	1.145.368,68	1.155.374,73	1.164.058,55	8.683,82	0,8%
429	Outras imobilizacoes corporeas	322.994,21	322.994,21	322.994,21	0,00	0,0%
43	IMOBILIZACOES INCORPOREAS	352.034,41	352.034,41	352.034,41	0,00	0,0%
433	Propriedade industrial e outros direitos	352.034,41	352.034,41	352.034,41	0,00	0,0%
44	IMOBILIZACOES EM CURSO	2.174.513,76	342.035,95	1.033.179,21	691.143,26	202,1%
442	Imobilizacoes em curso de imobilizacoes corporeas	50.000,02	6.555,57	455.050,80	448.495,23	6841,4%
445	Imobilizacoes em curso de bens de dominio publico	2.124.513,74	335.480,38	578.128,41	242.648,03	72,3%
45	BENS DE DOMINIO PUBLICO	53.990.703,88	56.593.294,24	56.593.294,24	0,00	0,0%
451	Terrenos e recursos naturais	6.717.403,46	6.845.653,28	6.845.653,28	0,00	0,0%
452	Edificios	8.120.130,10	8.514.700,99	8.514.700,99	0,00	0,0%
453	Outras construcoes e infraestruturas	35.830.425,34	37.910.194,99	37.910.194,99	0,00	0,0%
455	Bens do patrimonio historico, artistico e natural	74.359,20	74.359,20	74.359,20	0,00	0,0%
459	Outros bens de dominio publico	3.248.385,78	3.248.385,78	3.248.385,78	0,00	0,0%
48	AMORTIZACOES ACUMULADAS	-18.206.717,54	-20.904.519,17	-20.904.519,17	0,00	0,0%

4.2 – Trabalho efetuado

Examinámos alguns dos documentos de suporte de aquisição de bens do imobilizado para a validação dos valores expressos no período em análise. Verificámos a adequabilidade do critério de capitalização de custos e analisámos a conformidade dos registos contabilísticos.

4.3 – Conclusões

Da análise a que procedemos verificámos que as principais variações nesta rubrica ocorreram nas contas de “ Equipamento Básico”, “imobilizado em curso de imobilizações corpóreas” e “imobilizado em curso de bens de domínio público”.

As diversas rubricas de Imobilizações em Curso registaram um aumento de € 691.143,26, face a 31 de Dezembro de 2013.

Nota 5 – Fundos Próprios

5.1 – Conteúdo

Rubrica	Descrição	30-06-2013	31-12-2013	30-06-2014	Desvio €	Desvio %
5	FUNDOS PRÓPRIOS	-31.068.614,06	-30.693.006,43	-31.640.690,36	-947.683,93	3,1%
51	PATRIMONIO	-18.760.107,19	-18.760.107,19	-18.760.107,19	0,00	0,0%
57	RESERVAS	-1.377.180,17	-1.377.180,17	-1.425.787,17	-48.607,00	3,5%
59	RESULTADOS TRANSITADOS	-10.931.326,70	-10.555.719,07	-11.454.796,00	-899.076,93	8,5%

5.2 – Trabalho efetuado

Procedemos à análise da decomposição do saldo das diferentes contas que compõem esta rubrica e efetuámos a correspondente revisão analítica.

5.3 – Conclusões

A rubrica de Património manteve-se inalterada desde Dezembro de 2013. No que concerne à rubrica “ 57 – Reservas” e “59 – Resultados Transitados”, verificámos que o Município procedeu à afetação do resultado líquido de 2013 no montante de € 972.124,42 e ao reconhecimento/regularização de custos de períodos anteriores a 2014.

Nota 6 – Custos e Perdas

6.1 – Conteúdo

Código das contas	Designação	Saldo			Desvios (€)	Desvios (%)
		30-06-2013	31-12-2013	30-06-2014		
61	CUSTOS DAS MERC. VENDIDAS E DAS MATER. CONSUMIDAS	42.132,78	205.661,41	124.414,72	82.281,94	195,29%
616	Materias-primas, subsidiárias e de consumo	42.132,78	205.661,41	124.414,72	82.281,94	195,29%
6161	Materias-primas	42.063,54	203.711,05	25.912,74	-16.150,80	-38,40%
6162	Materias subsidiárias	0,00	677,45	0,00	0,00	
6163	Materiais diversos	0,00	0,00	98.501,98	98.501,98	
6165	Materiais de Escritório	69,24	1.272,91	0,00	-69,24	-100,00%
	Sub-total 1	42.132,78	205.661,41	124.414,72		
62	FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	854.991,59	2.478.375,77	1.160.866,59	305.875,00	35,78%
621	Subcontratos	0,00	0,00	985.681,11	385.681,11	
62102	SERVIÇOS DE RECOLHA, TRATAMENTO E DEPOSIÇÃO DE RESÍDUOS	0,00	0,00	121.189,58	121.189,58	
62104	LIMPEZA URBANA	0,00	0,00	57.976,22	57.976,22	
62106	ILUMINAÇÃO PÚBLICA	0,00	0,00	114.888,75	114.888,75	
62107	TRANSPORTES ESCOLARES	0,00	0,00	87.143,39	87.143,39	
62108	CANTINAS ESCOLARES	0,00	0,00	4.483,17	4.483,17	
622	Fornecimentos e serviços	854.927,79	2.478.117,07	775.185,48	-79.742,31	-9,33%
62211	Electricidade e serviços	206.179,56	583.609,16	217.834,84	11.655,28	5,65%
62212	Combustíveis	50.414,74	150.487,74	83.371,58	32.956,84	65,37%
62214	Outros fluidos	16.239,74	28.624,09	0,00	-16.239,74	-100,00%
62215	Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	7.249,55	31.498,14	579,93	-6.669,63	-92,00%
62216	Livros e documentação técnica	1.617,84	211,44	0,00	-1.617,84	-100,00%
62217	Materiais de Escritório	13.371,04	28.135,15	4.509,08	-8.861,96	-66,28%
62218	Artigos para oferta	0,00	3.431,77	814,88	814,88	
62219	Rendas e alugueres	0,00	0,00	44.102,88	44.102,88	
62222	Comunicação	31.755,63	74.058,13	36.366,24	4.610,61	14,52%
62223	Seguros	5.154,94	57.028,50	27.394,86	22.239,92	431,43%
62225	Transportes de mercadorias	0,00	7.404,71	7.740,80	7.740,80	
62226	Transportes de pessoal	86.393,84	208.823,85	4.802,00	-81.591,84	-94,44%
62227	Deslocações e estadas	1.036,80	2.649,40	1.405,07	368,27	35,52%
62232	Conservação e reparação	33.946,90	117.508,93	31.927,25	-2.019,65	-5,95%
62233	Publicidade e propaganda	4.982,28	11.079,39	3.630,38	-1.361,90	-27,28%
62234	Limpeza, higiene e conforto	57,47	1.688,52	14,76	-42,71	-74,32%
62236	Trabalhos especializados	75.296,12	255.236,54	76.832,22	1.536,10	2,04%
62237	TRANSPORTES ESCOLARES	301.474,59	864.896,21	15.113,88	-286.360,71	-94,99%
62290	Encargos de cobrança	12.371,94	21.319,28	17.367,92	4.959,98	40,38%
62298	Outros fornecimentos e serviços	2.585,00	6.204,00	198.844,15	196.259,15	7592,23%
62299	OUTROS	4.789,80	24.222,12	2.532,76	-2.257,04	-47,12%
623	Materiais diversos	63,80	258,70	0,00	-63,80	-100,00%
	Sub-total 2	854.991,59	2.478.375,77	1.160.866,59	305.875,00	
	TOTAL GERAL (1) + (2)	897.124,37	2.684.037,18	1.285.281,31	388.156,94	
63	TRANSFER. E SUBSÍDIOS CORRENTES C. PREST.SOCIAIS	72.796,31	311.268,26	204.868,29	132.071,98	181,43%
631	Transferências correntes concedidas	9.672,66	81.447,88	169.575,29	159.902,63	1653,14%
6312	Administração autárquica	20.907,42	81.447,88	0,00	-20.907,42	-100,00%
6313	ADMINISTRAÇÃO AUTÁRQUICA	0,00	0,00	33.423,95	33.423,95	
6316	OUTROS SETORES INSTITUCIONAIS	0,00	0,00	136.151,34	136.151,34	
6317	PÚBLICAS	-11.234,76	0,00	0,00	-11.234,76	-100,00%
632	Subsídios correntes concedidos	63.123,65	229.820,38	35.293,00	-27.830,65	-44,09%
6321	Empresas	63.123,65	229.820,38	0,00	-63.123,65	-100,00%
6323	ADMINISTRAÇÃO AUTÁRQUICA	0,00	0,00	7.050,00	7.050,00	
6326	OUTROS SETORES INSTITUCIONAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	
	Sub-total 3	72.796,31	311.268,26	204.868,29	132.071,98	181,43%
64	CUSTOS COM O PESSOAL	1.289.927,29	3.262.871,31	1.537.748,81	247.821,52	19,21%
641	Remunerações dos membros dos órgãos autárquicos	66.925,22	160.657,24	63.300,91	-3.625,21	-5,42%
642	Remunerações do pessoal	983.810,36	2.400.757,46	1.216.121,05	252.310,69	26,18%
6421	Remuneração base do pessoal	846.409,25	2.140.952,98	1.080.494,08	234.084,83	27,66%
64211	RCTFP por tempo Indeterminado	70.915,18	1.780.755,69	905.566,55	234.651,37	34,97%
642111	Remuneração base	618.634,46	1.467.050,14	719.106,35	100.474,89	16,24%
642112	Subsídio de férias	544,04	189.807,83	126.201,73	125.657,69	23097,14%
642113	Subsídio de Natal	51.739,68	123.897,72	60.258,47	8.518,79	16,46%
64212	RCTFP a Termo Resolutivo	99.140,21	148.034,73	9.853,88	-89.286,33	-90,06%
64213	Pessoal em qualquer outra situação	63.788,72	166.005,02	66.622,27	2.833,55	4,44%
64214	Outras Situações	12.565,14	46.157,54	98.451,38	85.886,24	683,53%
6422	Suplementos de remunerações	110.759,15	245.442,23	128.729,68	17.970,53	16,22%
6423	Prestações sociais directas	6.641,96	14.362,25	6.897,29	255,33	3,84%
643	Pensões	793,61	6.789,92	8.926,53	8.192,92	1116,80%
645	Encargos sobre remunerações	176.550,71	498.567,45	186.645,69	10.094,98	5,72%
6452	Segurança social dos funcionários RCTFP	122.956,65	369.707,57	140.104,70	17.148,05	13,95%
6453	Segurança social - regime geral	53.594,06	128.859,88	46.540,99	-7.053,07	-13,16%
646	Seguros de acidentes no trabalho e doenças profiss	15.483,96	36.727,52	10.388,59	-5.095,37	-32,91%
648	Outros custos com pessoal	66.423,43	159.371,72	52.366,94	-14.056,49	-21,16%
6481	Despesas de saúde	45.291,02	121.144,95	52.038,36	6.747,34	14,90%
6483	Subsídio de maternidade/paternidade	510,77	889,71	328,58	-182,19	-35,67%
6489	Outros	20.621,64	37.337,05	0,00	-20.621,64	-100,00%
	Sub-total 4	1.289.927,29	3.262.871,31	1.537.748,81	247.821,52	19,21%
66	AMORTIZAÇÕES DO EXERCÍCIO	#N/D	2.695.970,47	#N/D	#N/D	#N/D
662	Imobilizações corpóreas	0,00	393.591,24	0,00	0,00	#DIV/0!
663	Imobilizações incorpóreas	0,00	2.029,50	0,00	0,00	#DIV/0!
665	Bens de domínio público	0,00	2.300.349,73	0,00	0,00	#DIV/0!
	Sub-total 5	0,00	2.695.970,47	0,00	0,00	#DIV/0!
67	PROVISÕES DO EXERCÍCIO	#N/D	81.589,65	#N/D	#N/D	#N/D
671	Para cobranças duvidosas	#N/D	4.725,81	0,00	#N/D	#N/D
673	Para depreciação de existências	#N/D	76.863,84	0,00	#N/D	#N/D
	Sub-total 6	0,00	81.589,65	0,00	0,00	#DIV/0!
68	CUSTOS E PERDAS FINANCEIRAS	72.385,17	301.515,67	145.942,60	73.557,43	101,62%
681	Juros suportados	55.098,52	251.400,39	125.503,79	70.405,27	127,78%
6811	Em moeda nacional	24.724,76	162.979,72	109.857,30	85.132,54	344,32%
6812	OUTROS JURROS	30.373,76	88.420,67	15.646,49	-14.727,27	-48,49%
683	Amortizações de investimentos em imóveis	0,00	2.585,31	0,00	0,00	
688	Outros custos e perdas financeiros	17.286,65	47.529,97	20.438,81	3.152,16	18,23%
	Sub-total 7	72.385,17	301.515,67	145.942,60	73.557,43	101,62%
69	CUSTOS E PERDAS EXTRAORDINARIAS	31.343,01	88.305,06	1.641,02	-29.701,99	-94,76%
691	Transferências de capital concedidas	20.000,00	22.801,72	0,00	-20.000,00	-100,00%
6911	Administrações públicas	20.000,00	22.801,72	0,00	-20.000,00	-100,00%
697	Correções relativas a exardios anteriores	9.066,90	49.078,03	27,02	-9.039,88	
698	Outros custos e perdas extraordinários	2.276,11	16.425,31	1.614,00	-662,11	-29,09%
	Sub-total 8	31.343,01	88.305,06	1.641,02	-29.701,99	-1,29
	TOTAL GERAL	2.363.576,15	9.425.527,60	3.175.482,03	811.905,88	34,35%

Fernando Peixinho & José Lima, SROC – Representada por: Fernando J. Peixinho de Araújo Rodrigues

Rua do Loreto, 120 – 1.º Sobrelaja Dº 5300 – 189 Bragança

Telef: 273 324 838 * Fax: 273 328 186 * e-mail: fpeixinho.roc@gmail.com

6.2 – Trabalho efetuado

Procedemos à verificação das principais rubricas tendo em atenção a sua variação em relação ao período homólogo do ano anterior e, em função dessa análise, verificámos os principais documentos de suporte de modo a obtermos a evidência necessária à interpretação da evolução ocorrida, assim como à sua adequada contabilização.

6.3 – Conclusões

Verificámos que o valor global da rubrica de “Custos e Perdas”, comparando com o período homólogo de 2013, teve um aumento de € 811.905,88, ou seja, um acréscimo de 34,35%. Assim, passamos a descrever as rubricas que registaram maior variação, assim como as que contribuíram, desfavoravelmente, para este aumento de custos:

- “62211 – Electricidade”, registou um aumento de € 11.655,28 devendo-se essencialmente à subida do preço da eletricidade;
- “62212 – Combustíveis”, registou um aumento no valor de € 32.956,84, ou seja, 65,37%, derivado do aumento do consumo, para o qual chamamos atenção sobre a necessidade de maior controle;
- “62223 - Seguros”, registou um aumento de € 22.239,92, deve-se a que o Município incorporou no 1º semestre custos que dizem respeito ao segundo semestre, fruto do procedimento público de aquisição de apólices, que alterou as datas de vencimento das apólices. Acresce a subscrição de apólices de seguro de responsabilidades legalmente imputáveis aos Municípios (por exemplo parques infantis, recintos desportivos e estradas municipais), mas que não existiam no ano anterior, no valor de € 1.755,00.
- “62226 – Transportes de pessoal, registou uma diminuição de € 81.591,84, derivado da alteração da política contabilística por parte do Município, que considerou em 2014 como uma subcontratação de serviços (Transportes escolares).
- “62237 – Aquisição de serviços” registou uma diminuição de 286.360,71, o correspondente a 94,99%, resulta da alteração da política contabilística de reconhecimento de determinados custos, que passou a considerar como

- subcontratos, a iluminação pública, a limpeza urbana, recolha e tratamento de resíduos urbanos, o que se reflete no aumento da conta “62.1 – Subcontratos”;
- “6316 – Transferências correntes concedidas – Outros Setores Institucionais”, registou um aumento de € 136.151,34 relacionado com protocolos celebrados com as Associações Humanitárias dos Bombeiros Voluntários (Equipas de intervenção permanente e para o desenvolvimento de atividades desportivas);
 - “642 – Remuneração do Pessoal”, registou um aumento de € 252.310,69, devendo-se essencialmente à reposição do subsídio de férias e despesas com bolsas dos programas com co-financiamento do IEFP (estágios);
 - “66 – Amortizações do Exercício”, são calculadas no fim de cada exercício pelo que esta rubrica apenas irá ser movimentada no final do ano;
 - “67 - Provisões do Exercício”, o Município procede ao cálculo e posterior registo das provisões no fim de cada exercício pelo que esta rubrica apenas irá ser movimentada no final do ano;
 - “68 – Custos e Perdas Financeiras”, registou um aumento no valor de € 73.557,43 explicado pelos juros associados aos pagamentos dos empréstimos contratualizados ao abrigo do PAEL (saneamento financeiro);
 - “691 – Transferências de Capital concedidas”, registou uma diminuição de € 20.000,00, conforme tendência dos últimos anos.

Nota 7 – Proveitos e Ganhos**7.1 – Conteúdo**

Código das contas	Designação	Saldo			Desvios (€)	Desvios (%)
		30-06-2013	31-12-2013	30-06-2014		
71	Vendas e Prestação de Serviços	-937.199,81	-1.577.155,13	-280.726,18	656.473,63	-70%
711	Vendas	-67.535,47	-206.887,05	-90.578,10	-23.042,63	34%
7111	Mercadorias	-1.860,34	-3.861,91	0,00	1.860,34	-100%
7112	Produtos acabados e intermedios	-65.675,13	-203.025,14	-84.767,79	-19.092,66	29%
7114	VENDA DE OUTROS BENS	0,00	0,00	-5.810,31	-5.810,31	
712	Prestações de serviços	-869.664,34	-1.370.268,08	-190.148,08	679.516,26	-78%
7121	Serviços Específicos das Autarquias	-7.169,49	-16.843,45	-135.666,38	-128.496,89	1792%
7122	SERVIÇOS SOCIAIS, RECREATIVOS, CULTURAIS E DE DES	-5.525,16	-10.509,38	-24.786,16	-19.261,00	349%
7123	OUTROS SERVIÇOS	0,00	0,00	-29.695,54	-29.695,54	
7124	Instalações desportivas, culturais e recreativas	-12.612,72	-33.052,18	0,00	12.612,72	-100%
7125	Aluguer de contadores	-45.467,31	-118.455,30	0,00	45.467,31	-100%
7126	SANEAMENTO	-38.874,76	-129.603,61	0,00	38.874,76	-100%
7127	RESÍDUOS SÓLIDOS	-35.851,10	-101.854,60	0,00	35.851,10	-100%
7128	RENDAS E ALUGUERES	-717.017,41	-951.288,34	0,00	717.017,41	-100%
7129	Outros	-7.146,39	-8.667,22	0,00	7.146,39	-100%
	Sub-total 1	-937.199,81	-1.577.155,13	-280.726,18	656.473,63	-70%
72	Impostos e Taxas	-541.642,06	-1.378.213,95	-586.834,94	-45.192,88	8%
721	Impostos directos	-495.893,98	-1.298.919,71	-530.112,97	-34.218,99	7%
722	Impostos indirectos	-28.528,66	-44.213,25	-20.559,94	7.968,72	-28%
724	Taxas	-17.612,65	-39.591,54	-36.293,76	-18.681,11	106%
725	Reembolsos e Restituições	549,65	3.460,76	416,73	-132,92	-24%
726	Anulações	63,08	2.873,89	0,00	-63,08	-100%
728	Outros	-219,50	-1.824,10	-285,00	-65,50	30%
	Sub-total 2	-541.642,06	-1.378.213,95	-586.834,94	-45.192,88	8%
73	Proveitos Suplementares	-2.755,00	-3.160,00	0,00	2.755,00	
739	Reembolsos e Restituições	-2.755,00	-3.160,00	0,00	2.755,00	
	Sub-total 3	-2.755,00	-3.160,00	0,00	2.755,00	-100%
74	TRANSFERÊNCIAS E SUBSÍDIOS CORRENTES OBTIDOS	-2.788.899,16	-6.855.253,43	-3.402.637,16	-613.738,00	22%
7421	Administrações públicas	-2.788.899,16	-6.780.194,81	-3.402.637,16	-613.738,00	22%
74211	Orcamento do Estado	-2.709.470,00	-6.510.621,36	-3.163.808,62	-454.338,62	17%
742111	TRANSFERENCIAS CORRENTES	-2.192.460,00	-5.269.790,36	-2.862.362,62	-669.902,62	31%
742112	TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	-517.010,00	-1.240.831,00	-301.446,00	215.564,00	-42%
74212	Fundos e serviços autónomos	-79.429,16	-269.573,45	-238.828,54	-159.399,38	201%
7424	Exterior	0,00	-75.058,62	0,00	0,00	
	Sub-total 4	-2.788.899,16	-6.855.253,43	-3.402.637,16	-613.738,00	22%
78	PROVEITOS E GANHOS FINANCEIROS	-200,75	-560,59	-740.059,15	-739.858,40	368547%
781	Juros obtidos	-200,75	-560,59	-430,06	-229,31	114%
783	Rendimentos de Imóveis	0,00	0,00	-739.629,09	-739.629,09	
	Sub-total 5	-200,75	-560,59	-740.059,15	-739.858,40	368547%
79	PROVEITOS E GANHOS EXTRAORDINARIOS	-77.296,19	-583.338,92	-21.792,62	55.503,57	-72%
794	Ganhos em immobilizações	-5.464,20	-6.325,20	0,00	5.464,20	100%
795	Benefícios de penalidades contratuais	-1.043,27	-2.022,35	-658,09	385,18	-37%
796	Reduções de amortizações e provisões	0,00	-200.521,85	0,00	0,00	#DIV/0!
797	Correcções relativas a exercícios anteriores	0,00	-6,80	-1.951,53	-1.951,53	#DIV/0!
798	Outros proveitos de ganhos extraordinarios	-70.788,72	-374.462,72	-19.183,00	51.605,72	-73%
	Sub-total 6	-77.296,19	-583.338,92	-21.792,62	55.503,57	-72%
	TOTAL GERAL	-4.347.992,97	-10.397.682,02	-5.032.050,05	-684.057,08	16%

7.3 – Conclusões

Verificámos que o valor global da rubrica de “Proveitos e Ganhos”, comparando com o período homólogo de 2013, teve um aumento de € 684.057,08, ou seja, um acréscimo de 24%. Assim, passamos a descrever as rubricas que registaram maior variação, assim como as que contribuíram, favoravelmente, para este aumento de custos:

- “71 – Vendas e Prestações de Serviços”, registou uma diminuição face ao período homólogo de € 656.473,63, devendo-se à alteração da política contabilística do reconhecimento/registo das rendas (bares), passando a ser contabilizadas na conta “78.3 – Rendimentos de Imóveis”;
- “74 – Transferências e Subsídios Correntes Obtidos”, regista um aumento de € 3.402.637,16, sobre o qual procedemos a comparação dos subsídios contabilizados com o mapa XIX do Orçamento do Estado para 2014, não tendo sido detetada nenhuma diferença;
- “783 – Rendimentos de imóveis”, registou um aumento face ao período homólogo de € 739.858,40, devendo-se à alteração da política contabilística do reconhecimento/registo das rendas (bares), eram contabilizadas na conta “77128 – Rendas e Alugueres”.

Nota 8 – Evolução dos custos e proveitos

Rubricas	Descrição	30-06-2013	31-12-2013	30-06-2014	Desvio €	Varição %
71	Vendas e Prestação de Serviços	-937.199,81	-1.577.155,13	-280.726,18	656.473,63	-70%
72	Impostos e Taxas	-541.642,06	-1.378.213,95	-586.834,94	-45.192,88	8%
73	Proveitos Suplementares	-2.755,00	-3.160,00	0,00	2.755,00	-100%
74	Transferencias e Subsídios Correntes Obtidos	-2.788.899,16	-6.855.253,43	-3.402.637,16	-613.738,00	22%
78	Proveitos e Ganhos Financeiros	-200,75	-560,59	-740.059,15	-739.858,40	368547%
79	Prov. Gan. Extraordinários	-77.296,19	-583.338,92	-21.792,62	55.503,57	-72%
	Total dos Proveitos	-4.347.992,97	-10.397.682,02	-5.032.050,05	-684.057,08	16%
61	CMVMC	42.132,78	205.661,41	124.414,72	82.281,94	195%
62	F.S.E.	854.991,59	2.478.375,77	1.160.866,59	305.875,00	36%
63	Transferencia e Subsídios Correntes C. Prest. Sc	72.796,31	311.268,26	204.868,29	132.071,98	181%
64	Custos c/ Pessoal	1.289.927,29	3.262.871,31	1.537.748,81	247.821,52	19%
65	Outros Custos Operac.	0,00	0,00	0,00	0,00	
66	Amortizações do Exercício	0,00	2.695.970,47	0,00	0,00	
67	Provisões do Exercício	0,00	81.589,65	0,00	0,00	
68	Custos e Perdas Financ	72.385,17	301.515,67	145.942,60	73.557,43	102%
69	Custos e Perdas Extraord.	31.343,01	88.305,06	1.641,02	-29.701,99	-95%
	Total dos Custos	2.363.576,15	9.425.557,60	3.175.482,03	811.905,88	34%
	Proveito - Custos	1.984.416,82	972.124,42	1.856.568,02	-127.848,80	-6%

Da análise ao quadro acima ressaltam os seguintes aspectos:

- O total dos proveitos registou um acréscimo de € 684.057,08 relativamente ao período homólogo (Junho 2013). Como já foi referido anteriormente foi nas rubricas “Transferências e subsídios correntes obtidos” e “ Rendimentos de Imóveis” que se observaram as maiores variações;

- Relativamente aos custos registou-se um aumento global de € 811.905,88 ou seja, verifica-se uma evolução desfavorável da exploração;
- As rubricas que apresentaram maior variação na rubrica de custos e que mais contribuíram para este aumento foram as de “fornecimentos e serviços externos” e “Custos c/Pessoal” com uma variação de € 305.871,00 e € 247.821,52 respetivamente.

Nota 9 – Fundos Disponíveis

Conforme se verifica no quadro abaixo apurámos diferenças entre os fundos disponíveis constantes da aplicação POCAL e os fundos disponíveis enviados para a DGAL, via SIAL, nos meses de Janeiro, Março, Maio e Junho. Todavia apenas o mês de Janeiro apresenta uma diferença materialmente relevante, sendo explicada pelo facto de os serviços de contabilidade não terem conseguido carregar os valores acumulados de 2013. Entretanto houve a passagem de ano e, por conseguinte, a anulação de compromissos originando esta diferença na aplicação do POCAL, que não está correta, mas sim a do SIAL.

FUNDOS DISPONIVEIS			
Teste às aos Fundos Disponíveis SIAL vs POCAL			
(valores em Euros)			
Mês	Dados Extraídos do SIAL	Dados Extraídos do POCAL	Diferença SIAL vs POCAL
Janeiro	1.932.651,30	2.187.072,15	254.420,85
Fevereiro	489.448,95	489.448,95	-
Março	517.591,28	517.509,71	- 81,57
Abril	309.146,62	309.146,62	-
Maio	706.038,91	706.752,61	713,70
Junho	912.206,78	912.761,18	554,40

VI. Análise à execução orçamental

À data de 30 de Junho de 2014 a execução orçamental correspondia aos seguintes valores:

DESPESA				
Corrente	Valores			
	Orçado	Pago	Variação	%
01-Despesa com pessoal	3.277.453,03	1.569.698,05	-1.707.754,98	47,89%
02-Aquisição de bens e serviços	4.440.051,44	1.621.122,14	-2.818.929,30	36,51%
03-Juros e outros encargos	293.536,88	137.568,62	-155.968,26	46,87%
04-Transferencias correntes	413.456,15	150.136,62	-263.319,53	36,31%
05--Subsidios	85.917,42	81.390,42	-4.527,00	
06-Outras despesas correntes	92.817,94	24.246,41	-68.571,53	26,12%
	8.603.232,86	3.584.162,26	-5.019.070,60	41,66%
Capital				
07-Aquisições de bens de capital	3.147.366,49	784.609,74	-2.362.756,75	24,93%
08-Transferencias e capital	106.048,71	0,00	-106.048,71	0,00%
09-Activos financeiros	50.000,00	0,00	-50.000,00	0,00%
10-Amortização empréstimos	976.270,58	586.441,02	-389.829,56	60,07%
11- Outras despesas de capital	0,00	0,00	0,00	#DIV/0!
	4.279.685,78	1.371.050,76	-2.908.635,02	32,04%
Totais de Despesas	12.882.918,64	4.955.213,02	-7.927.705,62	38,46%
Analises				
Corrente:				
Cobertura orçada da despesa		415.395,38		
Cobertura realizada da despesa	(a)	1.312.071,43		
Capital:				
Cobertura orçada da despesas		-1.131.798,16		
Cobertura realizada da despesa	(b)	-843.985,57		
Saldo do periodo	a+b	468.085,86		
Saldo de gerencia anterior		716.402,78		
Saldo para gerencia seguinte		1.184.488,64		

RECEITA				
Corrente	Valores			
	Orçado	Cobrado	variação	%
01- Impostos directos	1.046.964,47	703.033,02	-343.931,45	67,15%
02- Impostos indirectos	20.770,87	20.016,83	-754,04	96,37%
04- Taxas multa e penalidades	74.554,90	38.081,93	-36.472,97	51,08%
05- Rendimentos propriedade	901.296,42	740.329,49	-160.966,93	82,14%
06- Transferencias correntes	6.025.337,00	3.101.191,16	-2.924.145,84	51,47%
07- Vendas de bens e serviços	748.268,81	277.381,26	-470.887,55	37,07%
08- Outras receitas correntes	201.435,77	16.200,00	-185.235,77	8,04%
	9.018.628,24	4.896.233,69	-4.122.394,55	54,29%
Capital				
09- Venda de bens de investimento	535.125,00	0,00	-535.125,00	0,00%
10- Transferencias de capital	2.525.901,00	524.082,19	-2.001.818,81	20,75%
11 - Activos Financeiros	23.500,00	0,00	-23.500,00	0,00%
12- Passivos financeiros	0,00	0,00	0,00	#DIV/0!
13- Outras Receitas de Capital	61.361,62	0,00	-61.361,62	0,00%
Receitas de capital	3.145.887,62	524.082,19	-2.621.805,43	16,66%
15- Outras receitas	2.000,00	2.983,00	983,00	149,15%
	3.147.887,62	527.065,19	-2.620.822,43	16,74%
16- saldo gerencia anterior	716.402,78	0,00	-7.329.308,29	0,00%
	12.882.918,64	5.423.298,88	-14.072.525,27	42,10%
Saldo gerencia seguinte	468.085,86			

Rubricas	Valores Absolutos		Prev/Exec
	Previsão	Execução	%
1 - Saldo Inicial	716.402,78	0,00	0,00%
2 - Rep. não abatidas nos pagamentos	0,00	0,00	#DIV/0!
3 - Receita Corrente	9.018.628,24	4.896.233,69	54,29%
4 - Despesa Corrente	8.603.232,86	3.584.162,26	41,66%
5 - Receita de Capital	3.147.887,62	527.065,19	16,74%
6 - Despesa de Capital	4.279.685,78	1.371.050,76	32,04%
7 - Receita Total (1+2+3+5)	12.882.918,64	5.423.298,88	42,10%
8 - Depesa Total (4+6)	12.882.918,64	4.955.213,02	38,46%

Do quadro acima verifica-se que a execução orçamental não põe em causa o princípio do equilíbrio orçamental, uma vez que a receita corrente efetivamente cobrada foi superior à despesa corrente realizada no mesmo período.

Já em relação ao controlo orçamental da receita verifica-se que a execução das receitas de capital não se encontra dentro do expectável em relação ao orçamentado, com uma execução de, apenas, 17%. O mesmo se verifica relativamente à execução orçamental da despesa, tendo a despesa de capital, um grau de realização de 32% e a despesa corrente de 42%.

Em síntese, verificámos que a execução orçamental global, relativa ao período em análise, ficou, aproximadamente, em 40% o que nos leva a concluir que o nível de execução orçamental está aquém das projeções da despesa e da receita constantes do orçamento aprovado para 2014.

VII. Análise económico – financeira a 30 de Junho de 2014

Com base no trabalho que realizámos verificamos que a estrutura financeira do Município de Miranda do Douro, após recurso ao PAEL, melhorou substancialmente, no que concerne aos prazos de pagamento para com os credores, ou seja, dando cumprimentos a Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro (LCPA) e pagamento no prazo de 90 dias as faturas da aquisição de bens e serviços.

Com efeito, a estrutura do financiamento resulta mais equilibrada, já que as dívidas de curto prazo aos credores da exploração foram, em boa parte, liquidadas com o apoio obtido através do PAEL e, particularmente com a intervenção do programa de saneamento financeiro. Todavia, o serviço da dívida tende a aumentar, ainda que diluído no tempo, o que exige um rigor exímio na gestão da despesa de modo a garantir a manutenção do equilíbrio de exploração e dos compromissos financeiros.

Nesse enquadramento, assinalamos que, no decurso do primeiro semestre de 2014, a evolução da exploração teve um comportamento desfavorável, consubstanciando uma diferença de exploração negativa (custos > proveitos) de € 127.848,00.

De acordo com os dados fornecidos pela DGAL o limite da dívida total do Município para o exercício de 2014 é de € 10.456.576. Dos testes realizados chamamos a atenção para o facto do total da dívida orçamentada do Município, a 30 de Junho de 2014 (sem considerar as entidades relevantes para efeitos da dívida total, conforme n.º 1 do art.º 54º

da Lei 73/2013) situa-se em, aproximadamente, € 8.000.000, ou seja, tem uma margem de € 2.000.000.

Bragança, 5 de Setembro de 2014.



Fernando Peixinho & José Lima, SROC
Representada por Fernando J. Peixinho de Araújo Rodrigues, ROC n.º 1047

SEDE

Rua do Loreto, 120 Sobreloja
5300-189 Bragança
e-mail. fpeixinho.roc@gmail.com

DELEGAÇÃO

Largo do Desterro, Bloco 1 Sobreloja Drt.
5100-093 Lamego
e-mail. roc@jalima.pt

www.peixinhoelimasroc.pt